

● Finanças

POLÍTICA MONETÁRIA

Haddad e o controle dos ...

por Cyro F. Andrade
de São Paulo

(Continuação da 1ª página)

construir diques para conter a água constantemente bombeada de uma fonte, o que sempre é muito trabalhoso", disse. Haddad não vê, porém, problemas insuperáveis para se manter a base sob controle, embora isso implique algumas exigências novas, especialmente a eliminação do subsídio aos derivados de petróleo e ao trigo, "já que no crédito rural, por razões políticas, é mais problemático atuar".

Até setembro, a questão dos subsídios estará praticamente resolvida, observou, o que significa reajustes substanciais nos preços dos derivados de petróleo e do trigo daqui para a frente.

Para ajudar o BC a controlar a base neste segundo semestre, Haddad vê um

"grande trunfo" no sepearvit fiscal, decorrente da elevação das alíquotas do IOF e do empréstimo compulsório sobre rendimentos não tributáveis dos "trinta mil". Além disso, a devolução dos recursos dos depósitos de importação e turismo praticamente já se encerraram e, na opinião do novo diretor do BC, a política cambial não será "muito expansionista", mantendo-se no mesmo quadro de hoje.

Sobre sua atuação à frente da Didip, Haddad considera que será fundamental a coordenação com a área cambial e de bancos do próprio BC. Quanto ao mercado aberto, acha que constitui apenas um mecanismo de controle da moeda, "do qual não se pode exigir milagres", mas que deve funcionar de acordo com os outros instrumentos à disposição do governo.

Haddad e o controle dos juros

por Cyro F. Andrade
de São Paulo

"As pessoas que me convidaram sabem o que penso." Com essa convicção, Cláudio Luiz da Silva Haddad, PhD em Economia pela Universidade de Chicago, toma posse hoje, em Brasília, como primeiro diretor da Dívida Pública do Banco Central. Falando ontem, no Rio, ao repórter Alaor Barbosa, Haddad foi, realmente, bem ao cerne do pensamento acadêmico que sempre o distinguiu, deixando entrever que não viverá situações conflituosas em seu cargo: observou que o controle da base monetária (a chamada emissão primária de moeda) é e continuará sendo a principal preocupação do Banco Central, ficando em segundo plano até mesmo o controle das taxas de juros. Em sua opinião, não restaria mesmo ao governo outra alternativa, pois só assim conseguirá fazer com que "a comunidade sinta que está de fato empenhado em combater a inflação".

Na explicitação de seu raciocínio, Haddad lembrou que os juros, na verdade, não estão "tabelados", mas apenas submetidos a uma administração flexível. E isso, naturalmente, pressupõe que as taxas possam subir, "quando for necessário", ou baixar, "quando as condições de mercado assim o determinarem".

Em Brasília, também ouvido por este jornal, o presidente do Banco Central, Carlos Geraldo Langoni, preferiu entender que Haddad (seu companheiro de cátedra na Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas) se referia às taxas de remuneração das Letras do Tesouro Nacional, no mercado aberto. E tomou a liberalidade mais recente do Banco Central, que, em seguidos leilões, vem permitindo a elevação das taxas

de desconto das LTN, como evidência elementar de que assim é realmente. De resto, fez questão de deixar claro que, exatamente como disse Haddad, "nunca falamos em tabelamento de juros, mas sempre em administração com flexibilidade".

Admitiu Langoni, nessa ordem de idéias, que, de fato, existe a possibilidade, "remota ainda", de se fazer um ajuste nas taxas dos certificados de depósito bancário. "Se for necessário, em função do novo patamar da correção monetária." Ou seja, a hipótese é admissível, se, em determinado momento, "sentirmos que os bancos têm dificuldade para captar". Contudo, observou que, no caso de se verem frente ao problema, "os bancos têm a excelente alternativa de colocar CDBs com correção monetária". Já de si, porém, o contexto operacional, caracterizado pela limitação da oferta de crédito, não lhe parece propício ao atendimento, pelos bancos, de exigências maiores dos aplicadores.

A propósito do teto de 45% imposto à expansão do crédito, Haddad comentou, por sua vez, que não faria qualquer sentido, se não for exercido o mais estrito controle sobre a base monetária. "Seria como querer

(Continua na página 11)